

Relatório da 1ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados(as).

São Paulo, SP. 24 e 25 de fevereiro de 2011.

I. Introdução

Com a promoção do Ministério do trabalho e Emprego (MTE) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi realizada a **1ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados(as)**, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2011, na cidade de São Paulo.

A 1ª Oficina sobre Trabalho e Emprego reuniu representantes de instituições provenientes de diversos segmentos que estão envolvidas com o tema do trabalho e emprego ou com o tema do refúgio para identificar as principais questões referentes ao ingresso de solicitantes de refúgio e refugiados(as) ao mercado de trabalho brasileiro. Estiveram presentes representantes das instituições listadas abaixo:

Abrigo Casa Madre Assunta
ADUS Instituto de Reintegração do Refugiado
Arquidiocese do Jabaquara
Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
Casa da Acolhida - Centro Social Nossa Senhora Aparecida
Casa do Migrante
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Centro de Atendimento ao Trabalhador – CEAT
Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH Guarulhos
Centro de Solidariedade ao Trabalhador - CST
Centro de Promoção do Migrante - CESPROM
Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo - CMDH
Comitê Nacional para Refugiados - CONARE
Conselho Nacional de Imigração-CNIg/ MTE
Defensoria Pública da União - DPU
Departamento de Qualificação Profissional/MTE
Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB
Faculdades Rio Branco
Federação Nacional dos Bancos - FENABAN
Força Sindical
Grupo de Abate Halal
Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH
Ministério da Previdência Social
Ministério da Saúde
Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho
Pastoral do Migrante
Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT

Prefeitura Municipal de Monte Mor/SP
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO/MTE
Procuradoria Regional do Trabalho 15º Região
Refugees United
Refugiados (Costa do Marfim, Bangladesh, Vietnã, Uganda e)
Secretaria de Economia Solidária/MTE
Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho – SERT
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho de São Paulo
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda de Campinas
Secretaria Municipal Desenvolvimento Economia e Trabalho de Campinas
Secretaria Municipal do Trabalho de Guarulhos
SENAC São Paulo
Serviço de Apoio Sócio-Educativo de Capacitação e Orientação Profissional-SASECOP
SESC Carmo
SESC São Paulo
Sindicato dos Trabalhadores Indústrias da Construção Civil de São Paulo-SINTACRON
Universidade Católica de Santos - UNISANTOS

A sessão de abertura contou com as palavras de boas-vindas do Sr. José Roberto Melo Superintendente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, sede do evento (SRTE/SP). Em seguida, foram proferidas as palestras dos representantes do ACNUR, Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e MTE. O Sr. Luis Fernando Godinho do ACNUR apresentou a definição do termo “refugiado” adotado pelo ACNUR e países signatários da Convenção de 1951. Após um breve panorama da questão do refúgio no mundo e no Brasil, o Sr. Godinho destacou a centralidade do trabalho e emprego na realização da independência e auto-suficiência dos refugiados e solicitantes de refúgio. A Sra. Cláudia Anjos do CONARE explanou sobre o papel do CONARE, sua composição e funcionamento, finalizando com a apresentação das estatísticas mais recentes acerca dos refugiados(as) que vivem Brasil. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração/MTE ressaltou a importância da composição multi-ministerial do CONARE, onde todos os membros estão ligados às questões mais importantes da integração local dos(as) refugiados(as). Discorreu sobre como o emprego e as possibilidades da auto-suficiência são parte do compromisso de proteção do Brasil, e destacou a condição de vulnerabilidade de alguns refugiados(as).

Em seguida, os participantes foram brindados com um vivo relato de um refugiado da Costa do Marfim, residente no Brasil desde 2003, cuja identidade será preservada neste relatório para fins de privacidade e segurança. Dentre os desafios enfrentados no Brasil, o refugiado mencionou a dificuldade em acessar trabalho e de validar diplomas e certificados emitidos no país de origem.

A sessão de abertura foi finalizada com uma sessão de perguntas e respostas onde os participantes da plenária puderam fazer colocações e questionamentos para os membros da mesa.

II. Resumos das Apresentações

1ª Mesa de Debate: Oportunidades no marco do Governo Federal

A mesa de debate contou com a mediação da Sra. Tatiana Segovia, chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho e Emprego que apresentou os palestrantes e moderou o debate.

Representando a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do MTE, o Sr. Gleide Costa, Assessor da SPPE iniciou sua fala destacando o fato de que atualmente no Brasil existem muitos postos de trabalho que não são preenchidos. Abordou o tema da intermediação de mão-de-obra e a limitação atualmente enfrentada pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) em identificar mão de obra qualificada, e conseqüentemente em atrair vagas de emprego com perfil mais elevado. O Sr. Gleide discorreu sobre algumas possibilidades existentes, como o cadastramento diferenciado dos(as) refugiados(as) no SINE de forma a potencializar a busca de emprego em conformidade com as habilidades e conhecimentos específicos dos(as) refugiados(as), por exemplo, idioma e conhecimento técnico especializado. Falou também sobre a Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) – que elege um grupo especial de pessoas como alvo preferencial para captação de vagas especiais, e que refugiados(as) poderiam ser beneficiados por este incentivo.

Pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do MTE o Sr. Francisco Wanderley, Coordenador Substituto do PNMPO, assegurou que as pessoas na condição de refúgio são elegíveis para solicitar o microcrédito. O microcrédito pode ser concedido a pessoas que não possuam conta bancária, e a documentação exigida é muito simples. Existe a possibilidade do crédito ser concedido a um grupo de pessoas que se tornam avalistas uma das outras.

A Sra. Ângela Ribeiro, Assessora do Departamento de Qualificação Profissional do MTE fez uma apresentação acerca do Plano Nacional de Qualificação Profissional, direcionado a pessoas/populações vulneráveis.

A Sra. Yedda Beatriz Afonso Cargo, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Economia Solidária do MTE apresentou as principais características e funcionamento dos projetos de economia solidária, e também destacou o perfil variado dos empreendimentos existentes. O objetivo da Secretaria é aumentar a legalização dos empreendimentos informais. Atualmente, a Secretaria não possui nenhuma ação específica para refugiados(as), mas se colocou à disposição para conversar sobre o tema.

As apresentações foram seguidas por uma sessão de perguntas e respostas onde os participantes da plenária puderam fazer colocações e questionamentos aos membros da mesa.

2ª Mesa de Debate: Identificação de oportunidades para solicitantes e refugiados(as) no Estado de São Paulo

A segunda mesa de trabalho foi coordenada pela Sra. Cyntia Sampaio, Assistente Sênior de Reassentamento do ACNUR, que mediu o debate acerca das oportunidades existentes e das contribuições a serem oferecidas, a partir dessa Oficina, pelas instituições no contexto do estado de São Paulo.

Representando a Central Única dos Trabalhadores, o Sr. Aparecido Donizeti Silva ressaltou a importância de incluir o tema do refúgio nos fóruns de debates sobre trabalho e emprego, citando especificamente as Conferências Estaduais sobre Trabalho e Emprego Decente a serem realizadas em 2011 nos diversos estados brasileiros. Foi enaltecida a necessidade de fomentar a interação entre a população brasileira e a de refugiados(as) de forma a promover o convívio e reconhecimento mútuo das habilidades específicas de ambas populações.

A Sra. Marilena Funari, Diretora da Confederação Nacional das Instituições Financeiras expressou a possibilidade de estruturação de programas específicos de contratação e de aprendizado nas empresas direcionado para os(as) solicitantes de refúgio e refugiados(as) levando em conta suas necessidades diferenciadas, como idioma, cultura, habilidades e conhecimentos específicos etc. Parcerias com o setor privado foram apontadas como estratégias a serem exploradas e desenvolvidas com vistas a gerar oportunidades.

A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo foi representada pela sua Diretora, a Sra. Dorothy Alves, que fez um apanhado histórico do trabalho realizado pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo na proteção e acolhimento de perseguidos políticos durante as ditaduras militares na América Latina e com solicitantes de refúgio e refugiados(as) nos dias atuais. A Sra. Cezira Furtim, Coordenadora do Projeto de Acolhida e Integração Local da Cáritas apresentou os dados referentes ao perfil da população refugiada atendida pela instituição, bem como as principais atividades referentes às estratégias de Proteção, Assistência e Integração.

A Sra. Maria Alice de Oliveira Nassif, Gerente de Programas Sócio-educativos do SESC SP apresentou os serviços, oferecidos desde 1995, que são disponibilizados gratuitamente à população refugiada através da parceria com a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Por meio da matrícula de interesse social, os beneficiários do convênio possuem acesso, em condição de igualdade com os demais usuários, aos seguintes serviços: aula de português com material didático e metodologia adaptada a esta população; refeição subsidiada; serviços de internet; acesso as instalações de todas as unidades do SESC São Paulo e atividades culturais, artísticas e esportivas; bem como a participação em atividades direcionadas especificamente aos refugiados(as). Foram apontados novos projetos previstos para 2011, como a contação de história feita pelos(as) refugiados(as), aulas de música, livro de culinária tradicional, e “Seminário Deslocamentos”, previsto para o mês de junho.

O ex-refugiado, Tháí Quang Nghiã, diretor e presidente da Goóc Eco Sandals fez uma palestra inspiradora sobre sua trajetória que passou por fatos importantes, como o resgate em alto mar por um navio da Petrobrás, chegada ao Brasil, dificuldades enfrentadas durante o processo de integração local, elaboração e publicação do primeiro dicionário português/vietnamita e início das atividades da Góoc.

III. Recomendações dos Grupos de Trabalho

A plenária foi dividida aleatoriamente em dois grupos de trabalho onde cada grupo deveria elencar as principais dificuldades enfrentadas pelos(as) solicitantes de refúgio e refugiados(as) no tocante à: 1) acesso ao mercado de trabalho e 2) qualificação profissional. A partir das dificuldades identificadas, os grupos de trabalho elaboram propostas para o enfrentamento dessas questões. Com base nas discussões dos grupos, compilamos as principais propostas que seguem abaixo:

Advocacy pela Causa

1. Criação de um Grupo de Trabalho para Trabalho e Emprego com composição mista, de caráter operacional e político e que conte com número limitado de participantes de forma a possibilitar o detalhamento e encaminhamento das propostas apontadas nesta oficina.
2. Apresentação e inclusão no Plano Plurianual (PPA) de ações voltadas especificamente para a integração local de refugiados(as) por parte dos Ministérios membros do CONARE. À exemplo de ações que já acontecem para outros grupos vulneráveis.
3. Campanha de ação nacional de divulgação da Lei 9474/97.
4. Inclusão do tema do refúgio nas Conferências Estaduais sobre Trabalho Decente que ocorrerão ao longo de 2011, de modo a garantir que o tema seja conseqüentemente discutido na Conferência Nacional a ser realizada em 2012.

Mercado de Trabalho

1. Campanha de sensibilização junto a empresas privadas, principalmente entre aquelas que se propõem a ser sustentáveis e apoiadoras de projetos sociais e de direitos humanos, a incluírem o tema do refúgio em suas ações. Neste sentido, poder-se-ia buscar o apoio do Ministério da Fazenda, para que algum incentivo fiscal possa ser dado para as empresas que ofertarem vagas para solicitantes de refúgio e refugiados(as). Um caminho possível para isto é a realização de uma gestão junto ao Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), no marco do Projeto Pacto Global das Empresas pela

Sustentabilidade, a fim de mobilizar empresas engajadas no projeto a serem solidárias com os(as) refugiados(as).

2. Gestão junto às autoridades competentes para a substituição do termo “refugiado” do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) pelo termo “estrangeiro reconhecido pela Lei 9474/97”.
3. Como solução intermediária, foi sugerida a negociação junto às autoridades competentes para a inclusão da definição do termo “refugiado” no verso do documento provisório de identificação como medida para esclarecer os empregadores sobre esta condição e reduzir possíveis recusas de oportunidades de trabalho por desconhecimento acerca do assunto.
4. Criação de um espaço no site do MTE, informando a população em geral e empresas interessadas em empregar refugiados acerca da condição dos(as) refugiados(as) no Brasil, seus direitos e deveres. Criar um campo no site para cadastrar empresas interessadas em oferecer vagas específicas para esta população.
5. Divulgar as oportunidades existentes entre solicitantes de refúgio e refugiados(as) e incentivá-los(as) a participar de programas como “Jovem Aprendiz” e “Primeiro Emprego”, considerando que estas iniciativas são importantes portas de ingresso de jovens no mercado de trabalho brasileiro.
6. Elaboração ou tradução (caso já exista material com este propósito) de cartilha informativa com principais pontos da legislação trabalhista brasileira nos 3 idiomas de maior referência entre a população refugiada (inglês, espanhol e francês).
7. Disseminação dos direitos e deveres dos empregados e empregadores entre a população refugiada, e esclarecimentos acerca de alguns pontos importantes da CLT, como por exemplo, os descontos incidentes sobre os vencimentos brutos e assuntos referentes a direitos e deveres dos empregados. Esta disseminação pode ser feita através: 1) inclusão de algumas horas adicionais na carga horária dos cursos de qualificação profissional disponibilizados às turmas formadas por refugiados; 2) palestras de um fiscal do Ministério do Trabalho durante as sessões de orientação cultural oferecidas pelas ONGs que prestam atendimento e orientação a solicitantes de refúgio e refugiados.
8. Desenvolvimento de uma ação especial do SINE, para captar vagas para refugiados(as) através da criação de um banco especial de vagas para refugiados(as), ao mesmo tempo em que os mesmos poderiam concorrer a todo o universo de vagas disponíveis no SINE. Tal ação poderia ser primeiramente

desenvolvida em caráter experimental em uma unidade do SINE em São Paulo, onde os funcionários seriam capacitados sobre a questão do refúgio.

9. Considerar o envolvimento das instituições de São Paulo conveniadas na execução das ações do Sistema Pública de Emprego, Trabalho e Renda que tratam das ações de Intermediação de mão de obra, Habilitação ao Seguro Desemprego e Qualificação Social e Profissional (Secretaria de Trabalho do Estado de São Paulo; Secretaria Municipal de São Paulo; CEAT e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNTM) nas ações a serem desenvolvidas no âmbito do poder público.
10. Envio de carta de encaminhamento para entrevistas de emprego realizadas via Sistema Nacional de Emprego, com esclarecimento sobre a definição do termo “refugiado”.

Qualificação Profissional e/ou Reconhecimento de Formação Anterior

1. Nacionalização de parcerias com entidades como SESC, SENAC, SENAC e SESI para oferta de mais oportunidades de qualificação profissional para refugiados(as) em todas as unidades destas instituições.
2. Divulgação entre os refugiados(as) dos cursos de qualificação profissional disponibilizados gratuitamente na cidade de São Paulo.
3. No âmbito da Cátedra Sérgio Viera de Melo, seria importante propor uma ação para sensibilizar as universidades sobre o tema da validação de diplomas e ingresso de refugiados(as) em cursos de graduação e pós-graduação. Buscar apoio do MEC nesta questão.
4. Oferta de curso de português (turmas mais avançadas) em horário alternativo ao horário onde geralmente os(as) refugiados(as) estão trabalhando ou buscando emprego. Por exemplo, formação de turma aos sábados para que os(as) refugiados(as) aprofundem seu conhecimento no idioma português de modo a facilitar sua busca ou permanência no trabalho.

IV. Homenagem ao Padre Ubaldo Stéri

Foi realizada uma singela homenagem ao Padre Ubaldo Stéri por sua dedicação à causa do refúgio ao longo dos anos que ocupou o cargo de Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Membros do CONARE que estavam presentes ao evento renderam palavras de agradecimento em nome do Comitê Nacional para Refugiados. O Padre Ubaldo emocionou a platéia com o relato de suas histórias e seu compromisso com a promoção da dignidade humana e com a da causa do refúgio.

V. Constituição do Grupo de Trabalho

Durante a abertura do evento, o Sr. Roberto Melo Superintendente da SRTE/SP sugeriu a formação de um Grupo de Trabalho sobre Trabalho e Emprego para dar seguimento às propostas que seriam desenvolvidas ao longo da oficina e voluntariou a SRTE/SP para coordenar o referido Grupo de Trabalho. Com vistas a possibilitar um desempenho exequível e de cunho político e operacional que abranja os diversos olhares e conte com a representação dos seguimentos presentes. À título de sugestão apontamos as representações abaixo para a composição do grupo de trabalho:

Representantes da Superintendência Regional do Trabalho/SP, coordenação.
Representantes do Ministério do Trabalho Sede (CNIg e SPPE)
Representantes do poder público municipal (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho OU da Comissão Municipal de Direitos Humanos)
Representantes do poder público estadual (Comitê Estadual para Refugiados)
Representante do ACNUR
Representante da CASP
Representante do SESC/SP
Refugiados(as)

Contamos com a presteza e competência da SRTE para definir a composição final do Grupo de Trabalho, convocar os membros e dar início às atividades.

VI. Divulgação do Relatório

Enviar o relatório por email a todos os participantes da Oficina.
Disponibilizar o relatório no site do Ministério do Trabalho e Emprego.
Divulgar matéria sobre a criação do grupo de trabalho no site do ACNUR.

Paulo Sérgio de Almeida
Presidente do CNIg
Ministério do Trabalho e Emprego

Andrés Ramirez
Representante
ACNUR Brasil